

ASSESSOR TÉCNICO DE PROCURADORIA



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO PARÁ

REF. EDITAL N°01/2012 - CONCURSO PÚBLICO

INSTRUÇÕES

1. Este Caderno de Questões não deve ser folheado antes da autorização do fiscal.
2. Na Folha de Respostas, realize a conferência de seu nome completo, do número de seu documento e do número de sua inscrição. As divergências devem ser comunicadas ao fiscal para as devidas providências.
3. Após ser autorizado pelo fiscal, verifique se o Caderno de Questões está completo, sem falhas de impressão e se a numeração está correta. Não esqueça de conferir se sua prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso note alguma divergência, comunique ao fiscal imediatamente.
4. O único documento válido para a correção das provas é a Folha de Respostas, assim como a Versão Definitiva das questões discursivas, por isso tenha a máxima atenção no preenchimento da Folha de Respostas e na Transcrição de suas respostas discursivas para a Versão Definitiva.
5. Deverá ser utilizada caneta esferográfica, com tinta de cor azul ou preta na marcação da Folha de Respostas e para a transcrição da Versão Definitiva das respostas discursivas.
6. Leia atentamente cada questão da prova e assinale, na Folha de Respostas, a opção que a responda corretamente. Exemplo correto da marcação da Folha de Respostas:
7. O limite dos campos de marcação da Folha de Respostas deverá ser respeitado, não podendo esta ser dobrada, amassada ou rasurada.
8. Será atribuída nota 0 (zero), na correção da Folha de Respostas, às questões não assinaladas, que apresentarem mais de uma alternativa assinalada, emenda ou rasura, ainda que legível.
9. A prova deverá ser realizada no prazo de 5h (cinco horas), incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva das questões discursivas. É importante controlar seu tempo. O candidato poderá anotar o gabarito no verso da capa da prova e levar consigo.
10. Você somente poderá deixar definitivamente a sala de prova após 60 (sessenta) minutos de seu início. O candidato não poderá, em hipótese alguma, levar consigo o Caderno de Questões, sendo necessário, obrigatoriamente, devolver ao fiscal a Folha de Respostas e a Versão Definitiva devidamente assinadas. As provas estarão disponibilizadas no site da AOCP (www.aocp.com.br), a partir da divulgação do Gabarito Oficial.
11. A retirada da sala de prova dos 03 (três) últimos candidatos só ocorrerá conjuntamente e após a conferência de todos os documentos da sala, além da assinatura do termo de fechamento.
12. Durante a prova, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, régua de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação.
13. Será eliminado do concurso público o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido utilizando aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessório de chapalaria tais como chapéu, boné, gorro etc. nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios, agendas eletrônicas, *paggers*, telefones celulares, BIP, *Walkman*, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico. A utilização desses objetos causará eliminação imediata do candidato.
14. Incorrerá, também, na eliminação do candidato, caso qualquer equipamento eletrônico venha a emitir ruídos, mesmo que devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences, durante a realização das provas.
15. Qualquer tentativa de fraude, se descoberta, implicará em imediata denúncia à autoridade competente, que tomará as medidas cabíveis, inclusive com prisão em flagrante dos envolvidos.

ATENÇÃO

- O Caderno de Questões possui 80 (oitenta) questões objetivas e 02 (duas) questões discursivas numeradas sequencialmente, de acordo com o exposto no quadro a seguir:

QUANTIDADE DE QUESTÕES	MATÉRIA
01 a 04	Língua Portuguesa
05 a 08	Controle Externo
09 a 10	Direito Constitucional Básico
11 a 15	Direito Administrativo Básico
16 a 18	Auditoria
19 a 20	Administração Financeira e Orçamentária Básica
21 a 80	Conhecimentos Específicos
81 a 82	Discursiva (Conhecimentos Específicos)

- Será entregue, pelo fiscal, a Folha de Respostas personalizada e a Versão Definitiva, na qual deverão ser preenchidas as respostas das questões da prova objetiva e transcritas as respostas das questões discursivas, respectivamente.

-----(destaque aqui)-----



FOLHA PARA ANOTAÇÃO DAS RESPOSTAS DO CANDIDATO

QUESTÃO	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESP.																				
QUESTÃO	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESP.																				

QUESTÃO	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
RESP.																				
QUESTÃO	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
RESP.																				

Chaplin e Camões na chuva

Eduardo Escorel

1.º Meia hora de chuva moderada foi suficiente para alagar a rua Luís de Camões, no centro do Rio. Para ir a pé até lá, saindo da Rua da Assembleia, foi preciso atravessar a Avenida Rio Branco, seguir pela rua da Carioca, dobrar na Ramalho Ortigão, contornar a igreja São Francisco de Paula, passar em frente ao Real Gabinete Português de Leitura, cruzar a avenida Passos e chegar ao nº 68, sede do Centro Municipal de Arte Helio Oiticica, instalado em um edifício neoclássico, onde foi aberta em 6 de março a exposição *Chaplin e sua imagem*.

2.º No caminho, além do aguaceiro, pessoas vindo em sentido contrário, ou seguindo na mesma direção, mas andando devagar – muitas com dificuldade de seguir em linha reta, tornaram o percurso ainda mais difícil. Isso sem falar das barracas dos ambulantes ocupando a maior parte das calçadas, e dos vendedores apregoando guarda-chuvas chineses por dez reais.

3.º Não ficar encharcado de todo, nem molhar demais os pés, requereu paciência – uma parada de meia-hora na entrada de uma farmácia no Largo de São Francisco – e perícia, buscando proteção debaixo de um pequeno guarda-chuva em decomposição. E na chegada, antes de poder subir os degraus de entrada do Centro Municipal de Arte Helio Oiticica, foi necessário atravessar a estreita e alagada Luís de Camões na ponta dos pés.

4.º Logo na entrada, a falta de sinalização levou a perguntar por onde seguir a uma guarda desabada numa cadeira. Em tom incompreensível à primeira escuta, ela indicou com má vontade, e certo ar de desprezo pela desorientação do visitante, a porta em frente como a de acesso à exposição e fez a caridade de informar que ocupa salas do primeiro e segundo andar.

5.º Uma primeira suposição provou ser infundada – não há interdição para entrar com guarda-chuva e pasta molhados, circunstância inédita em locais do gênero mundo afora. Outra, ainda menos auspiciosa, também caiu por terra. Ao contrário do que imaginara durante a travessia aquática do centro da cidade, havia algumas pessoas vendo a exposição, por volta de meio-dia, nas amplas salas, na pequena rua fora de mão, numa sexta-feira chuvosa.

6.º Não eram muitas, mas pareciam interessadas, dando impressão de estarem vendo pela primeira vez painéis fotográficos e trechos de filmes de Chaplin projetados em monitores.

7.º A modesta exposição não passa disso – uma série de painéis e alguns trechos de filmes exibidos em monitores –, sendo surpreendente que instituições tão respeitáveis, como a Cinemateca de Bologna, por exemplo, difundam pelo mundo mostra tão pobre, muito aquém, por exemplo, do que é possível ver nas duas horas e meia do documentário *O Chaplin que Ninguém Viu (Unknown Chaplin)*, de 1983, realizado por Kevin Brownlow e David Gill para ser exibido na televisão, e disponível em DVD desde 2005. Como introdução a Chaplin, mais valeria promover em praça pública sessões gratuitas desse documentário.

8.º *O Chaplin que Ninguém Viu* inclui imagens da coleção particular de Chaplin e demonstra seu perfeccionismo através das filmagens dos exaustivos ensaios para chegar à gag perfeita, e das várias tomadas feitas de uma mesma cena até obter a encenação mais eficaz. Nessa época, o custo de produção e do filme virgem ainda não haviam tornado proibitivo descobrir filmando o que se queria fazer.

9.º Percorrida a exposição, com decepção crescente a cada sala, eis que uma risada distante se fez ouvir, parecendo vir do primeiro andar. Voltando sobre os próprios passos, descendo a sinuosa escadaria monumental com corrimão de madeira envernizada, numa das primeiras salas, lá estava a origem do riso: um rapaz de fones nos ouvidos, postado diante de um monitor, divertindo-se à grande.

10.º O motivo da alegria era a sequência da luta de boxe de *Luzes da cidade* (1931). Disponível no Youtube, é possível comprovar a perenidade do humor chapliniano, sem correr o risco de se molhar.

11.º A exposição *Chaplin e sua imagem* estará aberta, até 29 de abril, no Centro Municipal de Arte Helio Oiticica. Para quem não tiver acesso ao Youtube ou não puder ver *O Chaplin que Ninguém Viu*, pode valer a pena. As risadas do rapaz comprovam que ressalvas feitas à exposição talvez não façam sentido.

12.º Evitem apenas dias de chuva para não ficarem com os pés encharcados.

Revista *Piauí*, edição 66.

QUESTÃO 01

As orações reduzidas de gerúndio (em destaque no texto) são, na ordem em que aparecem,

- (A) subordinada adverbial temporal e adverbial temporal.
- (B) subordinada adjetiva e coordenada aditiva.
- (C) coordenada aditiva e coordenada aditiva.
- (D) subordinada adjetiva e subordinada adjetiva.
- (E) coordenada aditiva e subordinada adverbial temporal.

QUESTÃO 02

“Não ficar encharcado de todo, nem molhar demais os pés, requereu paciência...”

A forma verbal requerer, se conjugada no pretérito mais que perfeito, apresentará a seguinte forma:

- (A) requerera.
- (B) requisera.
- (C) requereu.
- (D) requis.
- (E) requeriu.

QUESTÃO 03

Assinale a alternativa INCORRETA quanto à função sintática desempenhada pelas expressões a seguir (em destaque no texto).

- (A) “à primeira escuta” (parágrafo 4.º) (complemento nominal)
- (B) “à exposição” (parágrafo 4.º) (complemento nominal)
- (C) “à gag perfeita” (parágrafo 8.º) (adjunto adverbial)
- (D) “à grande” (parágrafo 9.º) (adjunto adverbial)
- (E) “à exposição” (parágrafo 11.º) (complemento nominal)

QUESTÃO 04

Em “...é possível comprovar a perenidade do humor chapliniano.”, a oração destacada funciona como

- (A) subordinada substantiva objetiva direta
- (B) subordinada substantiva subjetiva.
- (C) subordinada substantiva predicativa.
- (D) subordinada adverbial condicional.
- (E) subordinada adverbial comparativa.

CONTROLE EXTERNO

QUESTÃO 05

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos

- I. um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.
- II. dois terços pelo Congresso Nacional.
- III. dois terços pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.
- IV. um terço pelo Congresso Nacional.

- (A) Apenas I e III.
(B) Apenas I e II.
(C) Apenas II e IV.
(D) Apenas III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 06

De acordo com a Constituição Estadual, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Os Conselheiros, nos casos de crimes comuns e nos de responsabilidade, serão processados e julgados, originariamente, pelo Supremo Tribunal Federal.
- II. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.
- III. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado.
- IV. O Tribunal de Contas do Estado prestará suas contas, anualmente, à Assembleia Legislativa, no prazo de sessenta dias da abertura da sessão legislativa.

- (A) Apenas I e III.
(B) Apenas III e IV.
(C) Apenas I e II.
(D) Apenas II, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 07

De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Pará, a decisão de mérito pela qual o Tribunal, manifestando-se quanto à legalidade,

legitimidade, moralidade, economicidade, eficiência e eficácia dos atos administrativos, julga as contas regulares, regulares com ressalva ou irregulares, denomina-se

- (A) provisória.
(B) preliminar.
(C) definitiva.
(D) terminativa.
(E) inicial.

QUESTÃO 08

De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Pará, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. O Tribunal poderá criar Diário Oficial Eletrônico disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores para publicação de seus atos, bem como comunicações em geral, na forma e condições estabelecidas em ato próprio.
- II. Ao Tribunal de Contas do Estado são reservados os direitos autorais e de publicação do Diário Oficial Eletrônico, ficando autorizada sua impressão e permitida à comercialização.
- III. O Tribunal poderá desenvolver sistema eletrônico de processos de matéria de sua competência por meio de autos, total ou parcialmente, digitais, utilizando, preferencialmente, a rede mundial de computadores e acesso por meio de redes internas e externas conforme disposto em ato próprio.
- IV. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos, assim como os dados eletrônicos armazenados nos bancos de dados do Tribunal com garantia da origem e de seu signatário, serão considerados originais para todos os efeitos legais, na forma estabelecida em ato próprio.

- (A) Apenas I, III e IV.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I e II.
(D) Apenas III e IV.
(E) I, II, III e IV.

DIREITO CONSTITUCIONAL BÁSICO

QUESTÃO 09

Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

- (A) seguridade social.
(B) responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
(C) competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais.
(D) diretrizes e bases da educação nacional.
(E) registros públicos.

QUESTÃO 10

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- II. Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- III. As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- IV. Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

- (A) Apenas I, II e III.
 (B) Apenas II, III e IV.
 (C) Apenas I e II.
 (D) Apenas III e IV.
 (E) I, II, III e IV.

DIREITO ADMINISTRATIVO BÁSICO

QUESTÃO 11

A respeito da Administração Pública na forma disposta na Constituição Federal, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- II. O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por metade do período.
- III. A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- IV. É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

- (A) Apenas II e III.
 (B) Apenas I, III e IV.
 (C) Apenas I e II.
 (D) Apenas III e IV.
 (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 12

São requisitos do ato administrativo:

- (A) competência, finalidade, motivo e objeto.
 (B) competência, finalidade, motivo e legalidade.
 (C) finalidade, motivo, impessoalidade e objeto.
 (D) motivo, legalidade e objeto.
 (E) competência, finalidade, motivo e publicidade.

QUESTÃO 13

Assinale o elemento diferenciador entre a sociedade de economia mista e a empresa pública.

- (A) natureza da atividade.
 (B) composição do capital.
 (C) patrimônio.
 (D) forma de sujeição ao controle estatal.
 (E) regime jurídico de pessoal.

QUESTÃO 14

A respeito da Lei Estadual n. 6474/2002, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. A função de pregoeiro deverá ser exercida por servidor público ou militar lotado no órgão ou na entidade promotora do certame licitatório. As atribuições do pregoeiro incluem, entre outras:

- I. o credenciamento dos interessados.
- II. o recebimento das propostas de preços e dos documentos de habilitação.
- III. a abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos proponentes.
- IV. a condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço.

- (A) Apenas I, II e III.
 (B) Apenas II, III e IV.
 (C) Apenas I e II.
 (D) Apenas III e IV.
 (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 15

De acordo com a Lei Estadual n. 5.810/94, a posse em cargo público contados da publicação do ato de provimento no Diário Oficial do Estado, ocorrerá no prazo máximo de

- (A) dez dias prorrogável por mais dez dias a requerimento do interessado.
 (B) vinte dias prorrogável por mais dez dias a requerimento do interessado.
 (C) trinta dias prorrogável por mais trinta dias a requerimento do interessado.
 (D) trinta dias prorrogável por mais quinze dias a requerimento do interessado.
 (E) vinte dias prorrogável por mais vinte dias a requerimento do interessado.

AUDITORIA

QUESTÃO 16

Com relação aos programas de auditoria, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Devem ser revisados apenas no início da fase de execução da auditoria.
- (B) São formas escritas de uma série de procedimentos de verificação a serem aplicados a elementos determinados com a finalidade de obter informações adequadas para que o auditor possa formar sua opinião.
- (C) É um documento elaborado na fase de planejamento e revisado na fase de execução da auditoria.
- (D) As desvantagens dos programas de auditoria quase sempre estão ligadas à má preparação do sistema. Além disso, existe o risco de que algum procedimento não seja aplicado somente porque foi omitido no programa.
- (E) Deverá contemplar todas as informações disponíveis e necessárias ao desenvolvimento de cada trabalho a ser realizado, com vistas a determinar a extensão e profundidade deste.

QUESTÃO 17

Sobre os papéis de trabalho utilizados pelo auditor, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Documentam e comprovam a realização dos trabalhos.
- II. Entre suas finalidades pode se destacar: fornecer um registro escrito permanente do trabalho efetuado e informações importantes com relação ao planejamento contábil, financeiro e fiscal.
- III. Devem ser arquivados em pastas: pasta permanente e pasta corrente.
- IV. Os papéis de trabalho devem ser ordenados de forma lógica, que facilite o trabalho de revisão e localização de informações.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas III.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) Apenas III e IV.

QUESTÃO 18

O planejamento da auditoria pressupõe adequado nível de conhecimento sobre as atividades, os fatores econômicos, a legislação aplicável e as práticas operacionais da entidade e o nível geral de competência de sua administração. Acerca do planejamento em auditoria, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. O planejamento deve considerar todos os fatores relevantes na execução dos trabalhos.
- II. São exemplos de fatores relevantes na execução dos trabalhos: o conhecimento detalhado das práticas contábeis adotadas pela entidade e as alterações procedidas em relação ao exercício anterior; o conhecimento detalhado do sistema contábil

e de controles internos da entidade e seu grau de confiabilidade.

- III. O auditor deve documentar seu planejamento geral e preparar programas de trabalho por escrito, detalhando o que for necessário à compreensão dos procedimentos que serão aplicados, em termos de natureza, oportunidade e extensão.
- IV. O planejamento da auditoria envolve a definição de estratégia global para o trabalho e o desenvolvimento de plano de auditoria.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) Apenas III.
- (E) Apenas III e IV.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA BÁSICA

QUESTÃO 19

Compete à Secretaria de Orçamento Federal – SOF – um conjunto de competências. A seguir são apresentadas algumas competências e solicita-se que assinale a alternativa que apresenta somente competências da Secretaria de Orçamento Federal – SOF.

- I. Proceder, sem prejuízo da competência atribuída a outros órgãos, ao acompanhamento da execução orçamentária.
- II. Avaliação da adequação da estrutura programática e mapeamento das alterações necessárias.
- III. Coordenação do processo de atualização e aperfeiçoamento das informações constantes do cadastro de ações orçamentárias.
- IV. Acompanhar e avaliar o comportamento da despesa pública e de suas fontes de financiamento, bem como desenvolver e participar de estudos econômico-fiscais, voltados ao aperfeiçoamento do processo de alocação de recursos.
- V. Estudos de adequação da estrutura programática

- (A) São competências da Secretaria de Orçamento Federal – SOF – apenas os itens I, II e III.
- (B) São competências da Secretaria de Orçamento Federal – SOF – apenas os itens II, IV e V.
- (C) São competências da Secretaria de Orçamento Federal – SOF – apenas os itens III e V.
- (D) São competências da Secretaria de Orçamento Federal – SOF – apenas os itens I, II e V.
- (E) São competências da Secretaria de Orçamento Federal – SOF – apenas os itens I e IV.

QUESTÃO 20

Preencha a lacuna e assinale a alternativa correta. O direito _____ tem por objeto a disciplina jurídica de toda a atividade financeira do Estado e abrange receitas, despesas e créditos públicos.

- (A) Tributário
- (B) Fiscal
- (C) Financeiro
- (D) Público
- (E) Orçamentário

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 21**

Acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais, de acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) É livre a manifestação do pensamento, sendo possível o anonimato como forma de garantir o pleno exercício desta garantia.
- (B) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, devendo o poder público estabelecer os critérios para censura ou licença.
- (C) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independentemente de qualquer qualificação ou regulamentação que a lei possa estabelecer.
- (D) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- (E) É assegurado a todos o acesso à informação e vedado, em qualquer hipótese, o sigilo da fonte.

QUESTÃO 22

De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa que NÃO apresenta um direito garantido à categoria dos empregados domésticos.

- (A) salário mínimo.
- (B) décimo terceiro salário com base na remuneração integral.
- (C) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- (D) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- (E) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.

QUESTÃO 23

Acerca do Poder Legislativo, de acordo com o disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas.
- (B) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- (C) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional.
- (D) Na Câmara dos Deputados a representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.
- (E) O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

QUESTÃO 24

Acerca das Medidas Provisórias, de acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a direito penal, processual penal e processual civil.
- (B) Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.
- (C) Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.
- (D) As medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.
- (E) É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

QUESTÃO 25

Acerca dos direitos sociais, de acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Para a fundação de sindicato é necessária autorização estatal.
- (B) Devem ser criados mais de uma organização sindical representativas de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo haver apenas um sindicato em um Município.
- (C) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, apenas em questões administrativas.
- (D) O aposentado filiado tem direito a votar mas não pode ser votado nas organizações sindicais.
- (E) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

QUESTÃO 26

Em relação à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, de acordo com a Constituição Federal, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- II. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.
- III. É da competência do Tribunal de Contas da União fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- IV. É da competência do Tribunal de Contas da União aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.

- (A) Apenas I.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I e IV.
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 27

De acordo com a Constituição Federal, as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta são

- (A) da competência do Supremo Tribunal Federal, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente.
(B) da competência do Superior Tribunal de Justiça, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente.
(C) da competência do Superior Tribunal de Justiça, cabendo-lhe julgar, em recurso ordinário.
(D) da competência dos Tribunais Regionais Federais.
(E) da competência dos juízes federais.

QUESTÃO 28

Acerca das Funções Essenciais à Justiça, de acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público dos Estados, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
(B) Os Membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas devem integrar o Conselho Nacional do Ministério Público.

- (C) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
(D) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, que deve ser nomeado pelo Supremo Tribunal Federal, dentre os integrantes da carreira.
(E) A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, de qualquer pessoa, independentemente de sua condição financeira.

QUESTÃO 29

De acordo com as Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.
(B) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
(C) Não viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, apenas afasta sua incidência, no todo ou em parte.
(D) É constitucional a cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas.
(E) A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o quarto grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, exceto a de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, viola a Constituição Federal.

QUESTÃO 30

No que se refere à Repartição das Receitas Tributárias, de acordo com a Constituição Federal, pertencem aos Municípios

- (A) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
(B) trinta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
(C) vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados.
(D) cinquenta por cento da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
(E) vinte por cento do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios.

QUESTÃO 31

De acordo com a Lei 8.429/92, os Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário, sujeitam o agente, dentre outras, às seguintes sanções:

- (A) suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.
- (B) suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.
- (C) suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.
- (D) suspensão dos direitos políticos de dois a quatro anos, proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.
- (E) suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de vinte anos.

QUESTÃO 32

Acerca do Controle da Administração Pública, assinale a alternativa que apresenta um mecanismo de controle do Poder Judiciário.

- (A) Tribunal de Contas fazendo controle concentrado das leis.
- (B) Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) quando investiga e aplica sanções aos agentes políticos.
- (C) Sustação dos atos normativos do poder executivo que exorbitem da função de regulamentar, a qual é função exclusiva do Poder Judiciário.
- (D) Julgamento de Ação Civil Pública.
- (E) Nomeação de dirigentes para a Administração Indireta.

QUESTÃO 33

Acerca das regras do Processo Administrativo, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A instauração de Processo Administrativo pode se dar por ofício, quando decorre de ato da própria administração, ou a requerimento do interessado.
- (B) No Processo Administrativo são possíveis medidas acautelatórias em caso de risco iminente, independentemente da manifestação da parte.
- (C) Os recursos podem discutir razões de legalidade e de mérito, e tramitarão no máximo por duas instâncias administrativas.
- (D) O pedido de reconsideração é uma espécie de recurso administrativo que deve ser endereçada à própria autoridade julgadora, que terá o prazo de cinco dias para reconsiderar a decisão.
- (E) Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do

pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.

QUESTÃO 34

Acerca dos Poderes da Administração, pode-se dizer que o fechamento de estabelecimento comercial que descumpra regras sanitárias caracteriza manifestação

- (A) do Poder Hierárquico.
- (B) do Poder Discricionário.
- (C) do Poder Disciplinar.
- (D) de Abuso de Poder.
- (E) do Poder de Polícia.

QUESTÃO 35

Acerca da Intervenção na Propriedade, quando a atuação do Poder Público, por meio de norma geral e abstrata, impõe obrigações a proprietários indeterminados, definindo o número de andares em construções verticais, caracteriza-se

- (A) uma servidão administrativa.
- (B) uma limitação administrativa.
- (C) um tombamento.
- (D) uma desapropriação indireta.
- (E) uma requisição administrativa.

QUESTÃO 36

De acordo com a Lei Estadual nº 6.474, de 6 de agosto de 2002, que Institui, no âmbito do Estado do Pará, a modalidade de licitação denominada pregão, assinale a alternativa correta.

- (A) Somente os participantes são partes legítimas para impugnar edital por ilegalidades, dúvidas ou omissões, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da sessão.
- (B) Ainda que não haja previsão no edital, o prazo de validade das propostas será de 30 (trinta) dias.
- (C) É possível a exigência de aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame.
- (D) É vedada a exigência de garantia de proposta.
- (E) É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio.

QUESTÃO 37

De acordo com o Decreto Estadual nº 199, de 9 de junho de 2003 que regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão, no Estado do Pará, assinale a alternativa correta.

- (A) A licitação na modalidade pregão não é juridicamente condicionada ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
- (B) Para bens e serviços de valores estimados em até R\$160.000,00 (cento e sessenta mil reais), o aviso de publicação deve ser veiculado no Diário Oficial do Estado, por meio eletrônico, na internet e ainda em jornal de grande circulação local e nacional.
- (C) A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual prejudica outras sanções decorrentes do edital, tendo em vista que a estas se sobrepõe.
- (D) A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual não prejudica a expedição de Certificado de Registro Cadastral emitido pela Secretaria Executiva de Estado de Administração – SEAD, haja vista que esta pode ser utilizada para outros fins.
- (E) No caso de anulação do procedimento por ilegalidade, o contrato dele decorrente será nulo, não assistindo aos licitantes qualquer indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido dos custos que tiver comprovadamente suportado até o momento da declaração de nulidade.

QUESTÃO 38

De acordo com a Lei 8.666/93, os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente, adotando-se procedimento licitatório, sob a modalidade

- (A) concorrência ou tomada de preços.
- (B) tomada de preços.
- (C) convite.
- (D) concorrência ou leilão.
- (E) convite ou leilão.

QUESTÃO 39

De acordo com a Lei 8.666/93, mediante interesse público devidamente justificado, a venda de bens imóveis da Administração a outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo:

- (A) será precedida de licitação na modalidade concorrência.
- (B) será precedida de licitação na modalidade leilão.
- (C) é uma hipótese de licitação dispensada.
- (D) é uma hipótese de licitação inexigível.
- (E) é uma hipótese de licitação fracassada.

QUESTÃO 40

De acordo com a Lei 8.666/93, no que se refere à formalização dos contratos, assinale a alternativa correta.

- (A) O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação
- (B) O instrumento de contrato é obrigatório somente para os casos em que a licitação é dispensada.
- (C) O instrumento de contrato é obrigatório para os casos em que a licitação é inexigível, sendo facultativo para todos os demais casos, podendo ser substituído por

nota de empenho, autorização de compra ou ordem de serviço.

- (D) O instrumento de contrato é sempre obrigatório.
- (E) O instrumento de contrato é sempre facultativo, tendo em vista o princípio da menor onerosidade, celeridade e informalidade dos atos que regem os procedimentos de licitação e contratos.

QUESTÃO 41

De acordo com o Código Civil, são absolutamente incapazes de exercerem pessoalmente os atos da vida civil:

- (A) os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- (B) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- (C) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- (D) os pródigos.
- (E) os índios.

QUESTÃO 42

De acordo com o Código Civil, no que se refere às pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta.

- (A) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público.
- (B) As organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito público interno.
- (C) A organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas dependem de autorização do poder público.
- (D) São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.
- (E) Não se aplica às pessoas jurídicas a proteção dos direitos da personalidade.

QUESTÃO 43

De acordo com o Código Civil, no que se refere aos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- (A) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.
- (B) A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico mesmo se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- (C) Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a dez vezes o maior salário mínimo vigente no País.
- (D) O silêncio importa anuência, mesmo quando for necessária a declaração de vontade expressa.
- (E) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos cointeressados capazes, mesmo que, neste caso, seja indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.

QUESTÃO 44

De acordo com o Código Civil, quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa, configura-se um defeito do negócio jurídico denominado de

- (A) dolo.
- (B) erro.
- (C) coação.
- (D) lesão.
- (E) estado de perigo.

QUESTÃO 45

De acordo com o Código Civil, no que se refere à invalidade dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- (A) É anulável o negócio jurídico quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.
- (B) É nulo o negócio jurídico quando houver vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.
- (C) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo.
- (D) É de cinco anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contados, no caso de coação, do dia em que ela começar.
- (E) A invalidade do instrumento induz a do negócio jurídico ainda que este possa provar-se por outro meio.

QUESTÃO 46

De acordo com o Código de Processo Civil, a alteração do pedido ou da causa de pedir

- (A) só é possível antes da citação.
- (B) ainda que antes da citação, depende do consentimento do réu.
- (C) em nenhuma hipótese será permitida, tendo em vista a eficácia preclusiva dos atos processuais.
- (D) em nenhuma hipótese será permitida após o saneamento do processo.
- (E) em nenhuma hipótese será permitida antes da citação.

QUESTÃO 47

De acordo com o Código de Processo Civil, quando a sentença de mérito não puder ser proferida senão depois de verificado determinado fato, ou de produzida certa prova, requisitada a outro juízo,

- (A) o processo ficará suspenso e o período de suspensão nunca poderá exceder 1 (um) ano. Findo este prazo, o juiz mandará prosseguir no processo.
- (B) o processo ficará suspenso e o período de suspensão nunca poderá exceder 1 (um) ano. Findo este prazo, o juiz determinará a extinção sem julgamento do mérito.
- (C) o processo ficará suspenso e o período de suspensão nunca poderá exceder 6 (seis) meses. Findo este prazo, o juiz determinará a extinção sem julgamento do mérito.
- (D) o processo será extinto sem julgamento do mérito, por ausência de interesse de agir.
- (E) o processo ficará suspenso por prazo indeterminado. Verificado o fato ou produzida a prova, o juiz mandará prosseguir o processo.

QUESTÃO 48

De acordo com o Código de Processo Civil, no que se refere aos Prazos, assinale a alternativa correta.

- (A) É facultado às partes, quando todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios. O juiz poderá, nas comarcas onde for difícil o transporte,

prorrogar quaisquer prazos, mas nunca por mais de 30 (trinta) dias.

- (B) Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.
- (C) Não havendo preceito legal nem assinatura pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- (D) A parte não poderá renunciar ao prazo, ainda que estabelecido exclusivamente em seu favor.
- (E) O juiz proferirá as decisões, no prazo de 15 (quinze) dias.

QUESTÃO 49

De acordo com o Código de Processo Civil, no que se refere aos Recursos, assinale a alternativa correta.

- (A) O recurso extraordinário e o recurso especial impedem a execução da sentença.
- (B) O recurso adesivo fica subordinado ao principal, mas será conhecido se houver desistência do recurso principal.
- (C) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- (D) A insuficiência no valor do preparo implicará deserção, se o recorrente, intimado, não vier a supri-lo no prazo de quinze dias.
- (E) O Ministério Público tem legitimidade para recorrer assim no processo em que é parte, como naqueles em que oficiou como fiscal da lei.

QUESTÃO 50

De acordo com o Código de Processo Civil, acerca das medidas cautelares, assinale a alternativa correta.

- (A) O procedimento cautelar deve ser instaurado antes processo principal e será independente deste.
- (B) É vedado ao juiz conceder medidas cautelares sem audiência das partes.
- (C) Cabe à parte propor a ação principal, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da efetivação da medida cautelar.
- (D) O requerido será citado, qualquer que seja o procedimento cautelar, para, no prazo de 5 (cinco) dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretende produzir.
- (E) As medidas cautelares não podem ser revogadas ou modificadas antes da propositura da ação principal.

QUESTÃO 51

De acordo com o Código Penal, o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza,

- (A) terá sua pena reduzida de um a dois terços.
- (B) só responde pelos atos já praticados.
- (C) terá sua pena reduzida à metade.
- (D) fica excluída sua culpabilidade.
- (E) fica isento de qualquer penalidade.

QUESTÃO 52

De acordo com o Código Penal, o erro sobre a ilicitude do fato,

- (A) se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.
- (B) é inescusável.
- (C) se inevitável, diminui a pena de um sexto a um terço; se evitável, será inescusável.
- (D) se inevitável, exclui a tipicidade; se evitável, exclui a ilicitude do fato.
- (E) reduz a pena à metade.

QUESTÃO 53

De acordo com o Código Penal, a conduta de “Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida” caracteriza o tipo de

- (A) Corrupção Passiva.
- (B) Prevaricação.
- (C) Concussão.
- (D) Corrupção Ativa.
- (E) Tráfico de Influência.

QUESTÃO 54

Diante das disposições da Lei 4.898/65 que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, considerando a hipótese de um policial militar em serviço praticar contra um cidadão (civil) qualquer atentado à liberdade de locomoção, assinale a alternativa correta.

- (A) Tendo em vista que os crimes de abuso de autoridade são considerados hediondos, o policial militar pode ser condenado à pena de prisão, sendo-lhe vedada a progressão de regime.
- (B) Este delito de abuso de autoridade admite tentativa.
- (C) Nesta hipótese de crime de abuso de autoridade, a ação penal deve ser privada, ou seja, procede-se mediante queixa.
- (D) Embora o agente ostente a qualidade de policial militar, a competência não será da Justiça Militar, mas sim da justiça comum.
- (E) Sendo condenado pelo abuso de autoridade, as eventuais penalidades civis e administrativas não poderão ser aplicadas.

QUESTÃO 55

De acordo com o Código Penal, se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza, ele

- (A) pratica o crime de excesso de exação.
- (B) pratica o crime de usurpação de função pública.
- (C) pratica mera infração administrativa.
- (D) estará no estrito cumprimento do dever legal.
- (E) pratica desacato.

QUESTÃO 56

Com relação ao Sistema Tributário Nacional, de acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A competência para instituir taxas, em razão do poder de polícia, é exclusiva da União.
- (B) Os Estados não podem instituir contribuições de melhoria, pois se trata de tributo exclusivamente municipal.
- (C) As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- (D) Medidas provisórias podem instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
- (E) Os impostos não podem ter caráter pessoal.

QUESTÃO 57

De acordo com a Constituição Federal, é facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas

- (A) dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza.
- (B) dos impostos sobre as operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

- (C) dos impostos sobre propriedade territorial rural.
- (D) dos impostos sobre grandes fortunas.
- (E) dos impostos residuais.

QUESTÃO 58

De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa que aponta um tributo que é exceção ao princípio da anterioridade anual (art. 150, inciso III, alínea “b” da CF/88) e também é exceção ao princípio da anterioridade nonagesimal (art. 150, inciso III, alínea “c” da CF/88) e que, portanto, tem exigência imediata.

- (A) Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- (B) Taxas de polícia.
- (C) Imposto sobre importação de produtos estrangeiros.
- (D) Contribuições de melhoria.
- (E) Imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.

QUESTÃO 59

De acordo com o Código Tributário Nacional, a obrigação tributária principal surge com

- (A) a hipótese de incidência, tem por objeto o pagamento de multa e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- (B) a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- (C) a hipótese de incidência, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária, mas não se extingue com o crédito dela decorrente.
- (D) o crédito tributário e tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
- (E) o crédito tributário e tem por objeto o pagamento de tributo.

QUESTÃO 60

De acordo com o Código Tributário Nacional, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. A lei não poderá atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuir a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.
- II. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
- III. A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até à data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.
- IV. Em processo da falência, o produto da alienação judicial de empresa, filial ou unidade produtiva isolada permanecerá em conta de depósito à disposição do juízo de falência pelo prazo de 2 (dois) anos, contado da data de alienação, somente podendo ser utilizado para o pagamento de créditos extraconcursais ou de créditos que preferem ao tributário.

- (A) Apenas I.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I e IV.
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 61

De acordo com o Código Tributário Nacional, suspende a exigibilidade do crédito tributário

- (A) a prescrição.
(B) a consignação em pagamento julgada procedente.
(C) a decisão administrativa irreformável.
(D) a compensação.
(E) a moratória.

QUESTÃO 62

De acordo com o Código Tributário Nacional, exclui o crédito tributário

- (A) o pagamento.
(B) a remissão.
(C) a decadência.
(D) a isenção.
(E) o depósito de seu montante integral.

QUESTÃO 63

De acordo com o Código Tributário Nacional, no que se refere à Isenção e à Anistia, assinale a alternativa correta.

- (A) Em regra, a isenção é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria.

- (B) A anistia não abrange os atos qualificados em lei como contravenções.
(B) A isenção não pode ser restrita à determinada região do território da entidade tributante.
(C) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas posteriormente à vigência da lei que a concede.
(E) Em regra, a isenção é extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

QUESTÃO 64

De acordo com o Código Tributário Nacional, no que se refere à moratória, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. A moratória pode ser concedida em caráter geral pela União, quanto aos tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando simultaneamente concedida aos tributos de natureza federal e obrigação de direito privado.
- II. A moratória poderá ser concedida em caráter individual por despacho de autoridade administrativa, desde que autorizada por lei.
- III. A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
- IV. Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

- (A) Apenas I.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I e IV.
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 65

De acordo com o Código Tributário Nacional, no que se refere ao lançamento, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.
- II. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- III. Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.
- IV. A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

- (A) Apenas I.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I e IV.
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 66

De acordo com a Lei nº 4.320, de 17/03/1964 e suas alterações, NÃO integram a Lei do Orçamento, mas acompanharão a referida lei

- (A) Sumário Geral da Receita por fontes e da despesa por funções do Governo.
(B) Quadro Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas.
(C) Quadros Demonstrativos da Receita e Planos de Aplicação dos Fundos Especiais.
(D) Quadro Discriminativo da Receita por Fontes e respectiva legislação.
(E) Quadro das Dotações por órgãos do Governo e da Administração.

QUESTÃO 67

De acordo com a Lei nº 4.320, de 17/03/1964 e suas alterações, o *superávit* do Orçamento Corrente

- (A) são Despesas Correntes.
(B) são Receitas Correntes.
(C) são Receitas de Capital.
(D) são Despesas Patrimoniais.
(E) são Receitas Tributárias.

QUESTÃO 68

De acordo com a Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e suas alterações, as dotações destinadas à aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital classificam-se como

- (A) Despesas de Custeio.
(B) Inversões Financeiras.
(C) Subvenções Sociais.
(D) Subvenções Econômicas.
(E) Investimentos.

QUESTÃO 69

De acordo com a Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e suas alterações, no que se refere aos créditos adicionais, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.
- II. Os créditos adicionais classificam-se em regulares, suplementares, especiais, ordinários e extraordinários.
- III. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
- IV. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

- (A) Apenas I.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I e IV.
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 70

De acordo com a Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e suas alterações, no que se refere ao empenho de despesa, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedada a realização de despesa sem prévio empenho. Em casos especiais previstos na legislação específica, será dispensada a emissão da nota de empenho.
(B) O empenho da despesa poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
(C) O empenho de despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
(D) É vedada a realização de empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.
(E) É vedada a realização de empenho de despesa por estimativa, ainda que o montante não se possa determinar.

QUESTÃO 71

De acordo com a disciplina constitucional dos precatórios, assinale a alternativa correta.

- (A) Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, sendo possível a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.
- (B) Para que os débitos de natureza alimentícia tenham preferência sobre os demais, o titular deve ter 65 (sessenta e cinco) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou ser portador de doença grave.
- (C) A partir da promulgação da Emenda Constitucional 62/2009, a atualização de valores de requisitórios, após sua expedição, até o efetivo pagamento, independentemente de sua natureza, será feita pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e, para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança e também os juros compensatórios.
- (D) A cessão de precatórios somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao tribunal de origem e à entidade devedora.
- (E) É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de junho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente, acrescidos de juros compensatórios e multa.

QUESTÃO 72

De acordo com a classificação das receitas (receitas originárias e derivadas), assinale a alternativa que apresenta uma hipótese de RECEITA DERIVADA.

- (A) Receitas provenientes de tributos.
- (B) Receitas provenientes de herança vacante.
- (C) Receitas provenientes de doações ao ente público.
- (D) Receitas provenientes de legados em favor do ente público.
- (E) Receitas provenientes da prestação de serviços públicos por concessionário.

QUESTÃO 73

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios é considerada

- (A) dívida pública mobiliária.
- (B) dívida pública consolidada.
- (C) dívida pública fundada.
- (D) dívida pública extraordinária.
- (E) dívida pública creditória.

QUESTÃO 74

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, no âmbito dos Estados, não poderá exceder

- (A) 60% (sessenta por cento) do total das despesas públicas.
- (B) 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida.
- (C) 50% (cinquenta por cento) do total das despesas públicas.

- (D) 50% (cinquenta por cento) da receita corrente líquida.
- (E) 10% (dez por cento) do total das despesas públicas.

QUESTÃO 75

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), acerca da operação de crédito por antecipação de receita, assinale a alternativa correta.

- (A) Realizar-se-á somente a partir do sexto mês do início do exercício.
- (B) Quando realizadas por Estados ou Municípios, serão efetuadas mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central do Brasil.
- (C) Deve ser realizada enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada.
- (D) Só podem ser realizadas no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.
- (E) Deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia primeiro de julho do último ano de mandato.

QUESTÃO 76

De acordo com as normas constitucionais acerca da Seguridade Social, assinale a alternativa correta.

- (A) A Previdência Social é composta pela Seguridade Social e pela Assistência Social.
- (B) Os benefícios e serviços da Seguridade Social não compreendem as populações rurais, as quais deverão ser atendidas pela Assistência Social.
- (C) A seguridade social será financiada, dentre outras, por contribuições sociais sobre a receita de concursos de prognósticos.
- (D) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social integrarão o orçamento da União.
- (E) Os benefícios ou serviços da seguridade social podem ser criados, majorados ou estendidos independentemente de fonte de custeio total.

QUESTÃO 77

De acordo com a Constituição Federal, acerca da Previdência Social, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
- (B) A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor da média dos proventos recebidos durante o ano corrente.
- (C) O regime de previdência privada, de caráter subsidiário em relação ao regime geral de previdência social, será obrigatório, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado.
- (D) A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação facultativa.
- (E) É assegurado o reajustamento dos benefícios, de acordo com o salário mínimo, para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor nominal.

QUESTÃO 78

De acordo com a Lei Federal nº 9.717/1998, assinale a alternativa correta.

- (A) O servidor público titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou o militar dos Estados e do Distrito Federal filiado a regime próprio de previdência social, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da federação, deve ter o Regime de Previdência substituído e adequado ao novo órgão.
- (B) A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores, não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.
- (C) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.
- (D) As alíquotas de contribuição dos servidores ativos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para os respectivos regimes próprios de previdência social serão inferiores às dos servidores titulares de cargos efetivos da União.
- (E) Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social.

QUESTÃO 79

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 39, de 9 de janeiro de 2002, e alterações, o salário-família será devido mensalmente ao segurado na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados de qualquer condição,

- (A) até doze anos ou inválido de qualquer idade.
- (B) até doze anos ou inválido até vinte um anos de idade.
- (C) até quatorze anos ou inválido de qualquer idade.
- (D) até dezoito anos ou inválido de qualquer idade.
- (E) até dezesseis anos ou inválido de qualquer idade.

QUESTÃO 80

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 39, de 9 de janeiro de 2002, e alterações, assinale a alternativa correta.

- (A) Será aposentado compulsoriamente, com proventos integrais, o segurado ativo civil que completar 60 (sessenta) anos de idade se mulher e 65 (sessenta e cinco) anos de idade se homem.
- (B) Será aposentado compulsoriamente, com proventos integrais, o segurado ativo civil que completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade se mulher e 70 (setenta) anos de idade se homem.
- (C) Será aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, o segurado ativo civil que completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade se mulher e 70 (setenta) anos de idade se homem.
- (D) Será aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, o segurado ativo civil que completar 70 (setenta) anos de idade.
- (E) Será aposentado compulsoriamente, com proventos integrais, o segurado ativo civil que completar 70 (setenta) anos de idade.



1. A Prova Discursiva será avaliada considerando-se os seguintes aspectos:
 - a) o atendimento ao tema proposto na questão;
 - b) a clareza de argumentação/senso crítico;
 - c) a seletividade de informação;
 - d) a criatividade/originalidade;
 - e) a utilização da norma padrão da Língua Portuguesa;

2. O profissional terá sua Prova Discursiva avaliada com nota 0 (zero) caso:
 - a) não atenda ao conteúdo avaliado e ao tema proposto, manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não determinado pelo Edital de Abertura.
 - b) apresente acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
 - c) redija seu texto a lápis ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
 - d) não apresente as questões redigidas na VERSÃO DEFINITIVA ou entregar em branco;
 - e) apresente identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos);
 - f) apresente sua resposta com extensão inferior a 10 (dez) linhas.

3. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de 15 (quinze) linhas para a elaboração da sua resposta.

QUESTÃO 31

Conceitue Improbidade Administrativa, responda quem está legitimado para propor a Ação de Improbidade Administrativa, se é permitido acordo, conciliação ou transação em tal ação, bem como, se é possível ingressar com a ação em face do administrador público que teve suas contas aprovadas pelo Tribunal de Contas?

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

QUESTÃO 32

Conceitue Súmula Vinculante, defina os seus objetivos, requisitos legais para aprovação e efeitos vinculatórios e responda qual a medida cabível em caso de seu descumprimento?

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____